

Demonstrações Financeiras 2022/2

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 08/03/2023 no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Fabio Renato da Silva
Diretor Executivo
CPF: 962.318.900-15

Rodrigo Favareto
Diretor de Operações
CPF: 961.878.080-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito Centro Leste -
Sicredi Centro Leste RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**





Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
Cachoeira do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa de desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Foi construído o Mapa Estratégico, como os direcionadores e prioridades, com o objetivo de mostrar uma visão mais clara das estratégias, em que todas as pessoas envolvidas saibam onde a instituição quer chegar até 2032. As ações da Cooperativa continuarão sendo pautadas de acordo com a Missão, Visão e Valores do Sicredi. No que diz respeito ao relacionamento com o associado, o plano é atuar em conjunto no centro de todas as atividades e decisões, com a oferta de soluções financeiras e não financeiras, sempre com o intuito de melhorar a experiência durante a jornada dentro da instituição. Para estarmos ainda mais próximo das Comunidades, a Cooperativa planejou para 2023 a expansão para os municípios Minas do Leão, Amaral Ferrador, Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro e Eldorado do Sul, completando assim a presença na sua área de atuação.

Com foco no planejamento estratégico para os próximos 10 anos, a Cooperativa realizou em 2022 duas convenções com a participação de mais de 230 pessoas em cada uma delas, entre conselheiros de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e colaboradores. Na programação foi realizada palestra sobre cultura e propósito, dinâmicas e muita troca de ideias com o intuito de iniciar o planejamento estratégico até 2032. Um dos assuntos abordados foram os 40 anos da Cooperativa, completados no dia 10 de fevereiro, com a temática Valorizando a História e Construindo o Futuro, que vai ao encontro do objetivo das convenções. Foram momentos marcados por uma construção coletiva de transformação e evolução para uma cooperativa mais forte, que prima pelo melhor atendimento, relacionamento com o associado e mais oportunidades para o quadro colaborativo. Dentro do planejamento, a Sicredi Centro Leste RS irá trabalhar os desafios atuais e futuros para melhorar a eficiência a partir da ampliação da produtividade comercial e operacional.

Desenvolvimento de Negócios

A Sicredi Centro Leste RS comemora muitas realizações em 2022, seja no âmbito social, econômico ou ambiental. No que diz respeito ao desenvolvimento de negócios, a cooperativa fortaleceu ainda mais os laços com o associado, por meio de soluções que se adequam às necessidades do quadro social, que busca sustentabilidade, qualidade de vida e prosperidade.

Energias renováveis

Na área ambiental, o uso de energias renováveis já faz parte das ações estratégicas da Sicredi Centro Leste RS. Além da usina de energia fotovoltaica instalada na sede administrativa, em Cachoeira do Sul, que colabora com a preservação do meio ambiente e reduz custos com energia elétrica, a cooperativa incentiva a utilização de recursos naturais por meio do financiamento de energia solar. Um investimento que coopera com um mundo mais sustentável, que vai ao encontro dos propósitos da instituição.

Com a linha de financiamento para energia solar, os associados têm diversos benefícios, além da oportunidade de gerar a própria energia limpa e renovável em suas empresas ou residências, com redução de até 95% na conta de luz ao substituir o valor mensal do crédito pelo valor da fatura. Em 2022, a Sicredi Centro Leste RS fechou o ano com cerca de R\$ 58 milhões liberados nesta modalidade, o que representa cerca de 1.300 associados.

Plataforma Parceiros

A Plataforma Parceiros foi criada para o associado ou não associado que quiser adquirir um veículo ou sistema fotovoltaico diretamente nos parceiros da Sicredi Centro Leste RS. Com a ferramenta, os estabelecimentos parceiros, revendas de automóveis e similares, ou empresas que comercializam painéis solares estão habilitados a fazer todo o processo de financiamento diretamente em suas lojas, deixando apenas a liberação do crédito pela cooperativa.

A plataforma da Sicredi Centro Leste RS conta com 50 parceiros de veículos e 20 empresas fornecedoras de placas solares. Em 2022, a cooperativa realizou cerca de 800 operações e financiou R\$ 25 milhões. Esta funcionalidade faz parte do processo de aperfeiçoamento dos canais de atendimento Sicredi, com o objetivo de proporcionar mais praticidade, segurança e agilidade para o associado.

Shopping Sicredi

No fim de 2022, o Sicredi lançou um novo marketplace que fortalece o apoio à economia local e ao desenvolvimento das comunidades de atuação, além de agregar renda. A plataforma gera novas experiências exclusivas de compra e venda aos associados e conta com a gestão de parcerias estratégicas selecionadas pela instituição. Uma tecnologia conectada ao Planejamento Estratégico do Sicredi, que vai permitir que a cooperativa entenda ainda mais o comportamento de compra e venda do associado e suas necessidades específicas.

O Shopping do Sicredi está disponível em shopping.sicredi.com.br, nos aplicativos Sicredi e Sicredi X, e no internet banking, com produtos não financeiros, como eletrodomésticos, brinquedos, decoração, entre outros. No primeiro semestre de 2023 está previsto que os associados PJ participem também como vendedores de forma opcional, o que vai gerar novas fontes de receita e relacionamento, com o fortalecimento do ciclo virtuoso do cooperativismo. A ferramenta possui mais de 36 mil produtos, mais de 316,8 mil usuários e nove vendedores: Cassol Centerlar, Polishop, Primetek, Madesa, Casas Bahia, BRSupply, Extra, Ponto e Multi.

40 anos da Sicredi Centro Leste

Sobre a programação especial em comemoração aos 40 anos da Sicredi Centro Leste, diversas ações foram realizadas para toda a comunidade desde 2021, com término em 10 de fevereiro de 2022. Na data de aniversário da cooperativa aconteceu a live transmitida diretamente da Sociedade Rio Branco, em Cachoeira do Sul (RS), com show da dupla César Oliveira e Rogério Melo. O evento híbrido, em virtude das restrições da pandemia, foi acompanhado por associados, coordenadores de núcleo, diretores, conselheiros e colaboradores pelo canal da instituição no YouTube.

Um dos pontos mais altos da celebração foi a apresentação da música composta especialmente para os 40 anos da Sicredi Centro Leste, que contou com a participação da dupla César Oliveira e Rogério Melo. A canção Valorizando a História, Construindo o Futuro, tem a letra de autoria do compositor e poeta Anomar Danúbio Vieira e do próprio presidente da cooperativa, Paulo Alex Falcão. Outra forma de homenagear as quatro décadas de história foi a produção de um filme contando a trajetória de associados dos municípios da área de atuação. O material está disponível em formato de web séries nas redes sociais da Cooperativa.

Enfim, tivemos uma comemoração histórica para lembrar e agradecer o comprometimento e coragem das pessoas que construíram esta trajetória. Muitas pessoas se dedicaram ao longo das quatro décadas na construção de uma sociedade mais próspera e justa, sempre pautados pelos princípios do cooperativismo. Hoje somos mais de 47 mil associados, mais de 220 colaboradores e 16 pontos de atendimento, localizados nos municípios de Cachoeira do Sul, Guaíba, Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo, Mariana Pimentel, Sertão Santana, Encruzilhada do Sul, São Jerônimo, Charqueadas, Tapes, Sentinela do Sul, Pantano

Show de Prêmios

Já a Promoção Show de Prêmios da Sicredi Centro Leste mais uma vez foi um sucesso, com a participação e engajamento de mais de 47 mil associados. A grande aposta em nossa campanha demonstra a confiança depositada na cooperativa. Os associados proporcionaram a ampliação da área de crédito da instituição com os recursos captados, que impacta no desenvolvimento da nossa região. Em 2022, a campanha incrementou mais de R\$ 300 milhões na carteira de crédito da cooperativa. A promoção teve início no dia 7 de março e encerrou no dia 15 de dezembro. Neste período foram realizados cinco grandes sorteios, com o total de 123 prêmios entregues, em uma soma de valor de R\$ 479.338,80.

Entre as premiações estavam Kits Gaúchos com dois espetos, tábua de carne, faca, mateira, cuida e bomba de chimarrão e garrafa térmica; Kit Praia com caixa térmica, cadeira de praia não reclinável, cadeira de praia reclinável, dois copos Stanley, caixa JBL GO 2 e guarda sol; 15 Bike South Legend A29 T19 Freio a disco verde e Relógio Smartwatch Mi Band 5; Smart 15 TV 50 polegadas Led TLC P615 4K; 15 motocicletas zero quilômetro Honda modelo CG160 Start 2022; e três cadernetas de poupança de R\$ 50 mil.

Vamos seguir por mais um ano de parceria que nos permite cooperar por meio de nossos propósitos e fortalecer o nosso sistema cooperativo. Através dos princípios cooperativistas levamos desenvolvimento para as localidades onde atuamos, sempre com os olhares voltados para um mundo melhor e próspero para todos. Sicredi Centro Leste, valorizando a história, construindo o

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

* Programa A União Faz a Vida: Em 2022, realizamos a formação continuada com mais de 197 professores, que desenvolveram projetos com aproximadamente 2.620 crianças e adolescentes, distribuídos em 8 escolas, nos municípios de Cachoeira do Sul, Charqueadas e Pantano Grande, sendo este último, tivemos a implantação em mais 4 escolas, sendo estas de Ensino Fundamental e Infantil.

* Cooperativas Escolares: Em 2022 fundamos as Cooperativas Escolares CooperDal e CooperFrantz em Pantano Grande. Desta forma, temos em nossa área de atuação, 8 Cooperativas Escolares com mais de 157 alunos associados, e uma Cooperativa Escola com 29 associados. No mês de abril promovemos o 2º CooperAtivando, que aconteceu em Mariana Pimentel, e que reuniu mais 150 associados e 8 professores orientadores, além de Secretários de Educação, Diretores e Coordenadores das escolas de onde as Cooperativas são oriundas, este encontro teve como pano de fundo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a nossa responsabilidade como cooperativas de ajudar a construir um mundo melhor, e neste dia as Cooperativas foram desafiadas a desenvolver projetos voltados a atender um dos ODS. O Mês de dezembro aconteceu o 3º CooperAtivando em Cachoeira do Sul e que reuniu cerca de 180 associados, destes 157 das Cooperativas locais e 23 de Cooperativas convidadas de Nova Petrópolis e de Arroio do Tigre, além dos professores orientadores, Secretários de Educação, Diretores e Coordenadores Pedagógicos. Neste encontro, os Associados apresentaram, compartilhando seus projetos voltados as ODS, e suas vivências durante o ano, inspirando uns aos outros. Continuamos assim contribuindo e estimulando a responsabilidade social, o protagonismo e o espírito cooperativo destes jovens, além de outras habilidades, como a comunicação, a criatividade, a cooperação, a liderança e o empreendedorismo.

* Programa Crescer Mulher: Em 2022 formamos 4 turmas regionalizadas, Extremo Leste, Leste, Carbonífera e Centro, promovemos 3 encontros com cada turma, foram encontros mensais, que reuniram mais de 210 mulheres associadas. Nestes encontros, foram trabalhados temas como, “O Poder de ser Protagonista da sua própria história”, “Ser Mulher e seu Poder”, “Mulheres Valentes”. Hoje as mulheres representam cerca de 37,8% do quadro social da cooperativa, que possamos aumentar cada vez mais este número e que estas mulheres sejam cada vez mais ativas na cooperativa, isto faz parte do objetivo do Programa Crescer Mulher.

* Dia de Cooperar: Com o tema “Atitudes simples movem o mundo”, elegemos novamente a doação de alimentos como objetivo principal da campanha. Através do trabalho de voluntariado dos colaboradores, associados, parceiros e das comunidades, realizamos a entrega de 46 toneladas de alimentos arrecadados durante a Campanha do Dia C. Esta ação de responsabilidade social, beneficiou os 15 municípios onde estamos presentes. O resultado positivo da campanha, superou as expectativas de arrecadações.

* Ciclo de Palestras para Coordenadores de Núcleo: Com o objetivo de proporcionar conhecimento mais aprofundado sobre cooperativismo e reforçar o papel dos Coordenadores de Núcleo, demos continuidade ao Ciclo de Palestras para Coordenadores de Núcleo, programa de formação de coordenadores de núcleo, que teve início no mês de Junho de 2021, e o último encontro no mês de junho de 2022, contemplando os 12 módulos previstos, no conteúdo programático da formação.

* Educação Financeira: Este ano implementamos no município de Pantano Grande e Minas do Leão em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental, o Programa Cooperação na ponta do Lápis Jornada nas Escolas, foram 7 escolas, onde formamos 75 professores com a metodologia do programa, para levar a educação financeira para a sala de aula, e desenvolver o conteúdo de educação financeira dentro do currículo, em todas as disciplinas de março a dezembro, 898 crianças foram impactadas neste primeiro ano, levamos conhecimento e educação, para que estas crianças sejam adultos com uma vida financeira mais sustentável, mudando assim o perfil econômico da nossa sociedade.

* Ainda realizamos ao longo do ano de 2022, sensibilizações de Educação Financeira com os mais variados públicos. Realizamos sensibilizações e palestras, para o público Pessoa Física foram 3 ações com 469 participantes, com o público Adolescentes foram 3 ações com 112 participantes, e com o público Crianças foram 6 ações e 212 participantes. No total foram 12 Ações e 793 participantes. Com isso, levamos educação financeira para nossas regiões de atuação, com muita informação, conhecimento e

* Programa Crescer: Este ano realizamos 29 turmas de formação do Crescer, tivemos turmas por segmentos, Pessoa Física, Jurídica e Agro, onde levamos educação cooperativista a 310 associados, tornando-os conhecedores do seu papel na cooperativa, dos direitos e deveres, e como participar de forma ativa pertencendo a nossa Cooperativa.

* Programa Pertencer: Realizamos no mês de março o Processo Assemblear de forma digital e contamos com a participação de 1.717 associados, que exerceram de fato seu papel como associado, participando, votando e ajudando a decidir o futuro da nossa cooperativa.

* Ainda dando continuidade ao pertencimento dos nossos associados, promovemos juntamente com nossos 140 Coordenadores de núcleos, 32 reuniões de núcleos, onde foram apresentados os números da cooperativa, os projetos em desenvolvimento e assuntos do interesse do quadro social. Participaram das reuniões 549 associados, associados estes que exercem assim o pertencimento pela nossa Cooperativa.

Workshop de Segurança

Cerca de 40 pessoas participaram, dias 6 e 7 de dezembro, do Workshop de Segurança da Sicredi Centro Leste RS. O evento, que reuniu representantes que atuam na área de segurança de todas as agências da cooperativa, bem como empresas parceiras e prestadores de serviço, ocorreu no auditório da sede Administrativa de Cachoeira do Sul. O objetivo do evento foi promover a reciclagem dos profissionais, bem como manter o tema em evidência na atuação do dia a dia da cooperativa. No primeiro dia, além da presença do presidente da Sicredi Centro Leste, Paulo Alex Falcão, ainda palestraram os representantes da Brigada Militar, Polícia Civil, Protefort Vigilantes e Securitá Portas Giratórias. Já no dia 7, o evento contou com a participação de representantes da área de segurança da Central Sicredi Sul; de segurança física, da Informação e Prevenção a Fraudes do Centro Administrativo Sicredi (CAS); e da Brinks Transportadora de Valores.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	1.544.824	1.201.152	PASSIVO	1.346.629	1.043.231
DISPONIBILIDADES	4.887	4.465	DEPÓSITOS	939.958	725.698
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.559.463	1.202.510	Depósitos à vista	202.169	175.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.598	12.937	Depósitos interfinanceiros	102.758	91.130
Títulos e valores mobiliários	431.081	174.933	Depósitos a prazo	635.031	459.448
Centralização financeira	95.117	151.137	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	335.008	268.108
Relações interfinanceiras ativas	59	78	Relações interfinanceiras	297.847	249.505
Operações de crédito	953.873	824.128	Obrigações por empréstimos	11.521	14.257
Outros ativos financeiros	57.735	39.297	Obrigações por repasses	149	453
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(52.409)	(34.274)	Outros passivos financeiros	25.491	3.893
OUTROS ATIVOS	7.968	6.169	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	181	186
IMOBILIZADO DE USO	21.711	18.740	OUTROS PASSIVOS	71.482	49.239
INTANGÍVEL	3.204	3.542	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	198.195	157.921
			CAPITAL SOCIAL	44.725	44.728
			RESERVAS DE SOBRAS	145.672	107.029
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.798	6.164
TOTAL DO ATIVO	1.544.824	1.201.152	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.544.824	1.201.152

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	122.394	216.502	112.462
Operações de crédito (Nota 07)	88.778	162.341	96.763
Resultado de títulos e valores mobiliários	22.401	34.491	9.462
Resultado das aplicações compulsórias	2	8	2
Ingressos de depósitos intercooperativos	11.213	19.662	6.235
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(78.689)	(129.672)	(44.657)
Operações de captação no mercado (Nota 22)	(47.309)	(80.017)	(22.786)
Operações de empréstimos e repasses	(13.678)	(23.371)	(12.833)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.702)	(26.284)	(9.038)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	43.705	86.830	67.805
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.167)	(31.194)	(25.066)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	15.620	29.488	23.666
Rendas de tarifas bancárias	4.650	8.944	8.250
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 24)	(14.325)	(26.567)	(22.372)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	(17.432)	(33.001)	(24.237)
Dispêndios e despesas tributárias	(255)	(472)	(254)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	6.522	10.690	5.074
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	(10.947)	(20.276)	(15.193)
RESULTADO OPERACIONAL	27.538	55.636	42.739
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	27.538	55.636	42.739
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	157	-	-
Provisão para Imposto de Renda	93	-	-
Provisão para Contribuição Social	64	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.469)	(4.546)	(3.960)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	25.226	51.090	38.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	45.975	76.876	1.049	4.536	128.436
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.447)	(4.447)
Outras destinações	-	-	-	(89)	(89)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.435	-	-	-	1.435
Baixas de capital	(2.682)	-	-	-	(2.682)
Resultado do exercício	-	-	-	38.779	38.779
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.712)	(1.712)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.799)	(1.799)
Reserva legal - Estatutária	-	25.685	685	(26.370)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.734	-	(2.734)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	44.728	105.295	1.734	6.164	157.921
Mutações do Exercício	(1.247)	28.419	685	1.628	29.485
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	44.728	105.295	1.734	6.164	157.921
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.654)	(5.654)
Destinações para reservas	-	342	-	(342)	-
Outras destinações	-	-	-	(168)	(168)
Capital de associados					
Aumento de capital	921	-	-	-	921
Baixas de capital	(2.228)	-	-	-	(2.228)
Reversões de reservas	-	1.734	(1.734)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	51.090	51.090
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.294)	(2.294)
Juros sobre o capital próprio	1.305	-	-	(1.322)	(17)
Reserva legal - Estatutária	-	34.402	-	(34.402)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.827	-	(2.827)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	1.071	-	(1.071)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	44.726	145.671	-	7.798	198.195
Mutações do Exercício	(2)	40.376	(1.734)	1.634	40.274
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	44.045	105.637	1.734	25.864	177.280
Capital de associados					
Aumento de capital	358	-	-	-	358
Baixas de capital	(982)	-	-	-	(982)
Reversões de reservas	-	1.734	(1.734)	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	25.226	25.226
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.294)	(2.294)
Juros sobre o capital próprio	1.305	-	-	(1.322)	(17)
Reserva legal - Estatutária	-	34.402	-	(34.402)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.827	-	(2.827)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	1.071	-	(1.071)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	44.726	145.671	-	7.798	198.195
Mutações do Semestre	681	40.034	(1.734)	(18.066)	20.915

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	42.325	79.278	49.163
Resultado do semestre/exercício	25.226	51.090	38.779
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.099	28.188	10.384
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.702	26.284	9.038
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	750	-
Depreciação e amortização	1.788	3.391	3.132
Baixas do ativo permanente	61	62	115
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(159)	(5)	(189)
Destinações ao FATES	(2.293)	(2.294)	(1.712)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(24.526)	117.731	(170.951)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.026)	(8.661)	(5.544)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(26.791)	(18.149)	(40.930)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.576	19	(18)
(Aumento) em operações de crédito	(102.418)	(137.894)	(204.092)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	31.815	48.342	41.817
(Aumento) em outros ativos financeiros	(13.286)	(18.438)	(12.642)
(Aumento) Redução em outros ativos	(825)	(2.549)	2.474
Aumento em depósitos	62.106	214.260	42.885
Aumento (Redução) em passivos financeiros	3.794	21.598	(8.159)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.563)	(3.040)	(128)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.370)	(3.103)	(475)
Aumento em outros passivos	22.462	25.346	13.861
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	17.799	197.009	(121.788)
Aquisição de imobilizado de uso	(3.506)	(5.183)	(2.137)
Aplicações no intangível	(641)	(903)	(890)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(4.147)	(6.086)	(3.027)
Integralização de capital	357	921	1.435
Baixa de capital	(982)	(2.228)	(2.682)
Fundos estatutários	(1.376)	(1.376)	-
Juros ao capital próprio	(17)	(17)	(1.799)
Distribuição de Sobras	-	(5.822)	(4.536)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.018)	(8.522)	(7.582)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.634	182.401	(132.397)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	448.772	278.005	410.402
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	460.406	460.406	278.005

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	25.226	51.090	38.779
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	25.226	51.090	38.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/02/1982 e sede situada na Avenida Júlio de Castilhos, 825, na cidade de Cachoeira do Sul - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 17 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.587 (2021 - R\$ 1.313) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expostas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
Disponibilidades		4.887		4.465
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)		360.402		122.403
Centralização financeira		95.117		151.137
Total		460.406		278.005

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	51	21.547	21.598	12.937
Total	-	51	21.547	21.598	12.937

Total circulante	51	2.962
Total não circulante	21.547	9.975

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	2.848	22.751	18.969	44.568	31.140
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	150.077	-	-	150.077	-
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	210.325	-	-	210.325	122.403
Participações de Cooperativas	-	-	26.111	26.111	21.390
Total	363.250	22.751	45.080	431.081	174.933

Total circulante	386.001	149.462
Total não circulante	45.080	25.471

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	14.109	9.388
Sicredi Participações S.A.	12.000	12.000
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros	1	1
Total	26.111	21.390

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Cooperativa Central		Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	14.107.993	9.387.671	3.891.137 ON	3.891.137 ON	1	1
	Quotas	Quotas	8.108.953 PN	8.108.953 PN	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,42%	1,62%	0,37%	0,57%	0,62%	0,62%
Capital social	994.700	580.337	3.208.211	2.108.211	161	161
Patrimônio líquido	1.005.243	591.058	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071
Resultado líquido do exercício	-	-	115.902	(15.246)	1.195	33.761
Valor das participações das cooperativas	14.109	9.388	12.000	12.000	1	1

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2022			Total da carteira	31/12/2021
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	9.444	66.527	148.631	283.881	508.483	443.782
Financiamentos	423	16.996	58.402	120.694	196.515	151.611
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.375	17.168	160.409	69.923	248.875	228.735
Total das operações de crédito	11.242	100.691	367.442	474.498	953.873	824.128
Avais e fianças honrados (Nota 08)	72	-	-	-	72	146
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	36	446	942	1.424	2.040
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	36.010	13.938	95	50.043	32.151
Total de outros créditos	72	36.046	14.384	1.037	51.539	34.337
Carteira total	11.314	136.737	381.826	475.535	1.005.412	858.465

Total circulante	529.877	418.300
Total não circulante	475.535	440.165

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	21.642	8.805	-	-
A	0,50	413.648	356.037	2.068	1.779
B	1,00	297.800	320.793	2.979	3.207
C	3,00	134.717	77.458	4.041	2.323
D	10,00	86.426	61.523	8.638	6.138
E	30,00	13.320	10.546	3.996	3.164
F	50,00	9.151	8.463	4.575	4.231
G	70,00	8.653	4.692	6.057	3.284
H	100,00	20.055	10.148	20.055	10.148
Total		1.005.412	858.465	52.409	34.274

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 85.038 (dezembro de 2021 - R\$ 71.482) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 1.967 (dezembro de 2021 - R\$ 1.605) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	6.132	57.175	108.856	177.860	350.023	292.302
Rural	1.375	17.168	160.409	69.923	248.875	228.735
Industrial	17	3.247	4.700	10.767	18.731	18.837
Comércio	997	24.798	47.063	79.495	152.353	136.812
Pessoas jurídicas	2.793	34.349	60.798	137.490	235.430	181.779
Total	11.314	136.737	381.826	475.535	1.005.412	858.465

Total circulante	529.877	418.300
Total não circulante	475.535	440.165

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	83.108	8,27	72.078	8,40
50 devedores seguintes	164.891	16,40	144.428	16,82
100 devedores seguintes	145.451	14,47	127.371	14,84
Demais	611.962	60,87	514.588	59,94
Total	1.005.412	100,01	858.465	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	39.435	34.274	30.258
Constituição de provisão	24.514	41.303	22.009
Reversão de provisão	(6.812)	(15.019)	(12.971)
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.728)	(8.149)	(5.022)
Saldo final	52.409	52.409	34.274

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	57.446	106.077	64.369
Financiamentos	18.256	32.027	14.064
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.313	19.961	12.890
Outros	39	55	43
Subtotal	87.054	158.120	91.366
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.724	4.221	5.397
Total	88.778	162.341	96.763

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.420 (2021 - R\$ 6.418).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	50.043	32.151
Rendas a receber	2.003	1.321
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.424	2.040
Avais e fianças honrados (Nota 07)	72	146
Transações com cartão de crédito	4.193	3.177
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	-	462
Total	57.735	39.297

Total circulante	56.698	37.384
Total não circulante	1.037	1.913

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	673	3.255
Adiantamentos e antecipações salariais	157	85
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	588	62
Adiantamentos para Confederação Sicredi	514	461
Cotas de consórcio	170	546
DI a repassar - Central	58	202
Impostos e contribuições a compensar	322	280
Pendências a regularizar	2.246	1.168
Valores em análise pela SFG	11	38
Outros	13	56
Total circulante	4.752	6.153

Outros valores e bens	3.216	13
Outros	-	3
Total não circulante	3.216	16
Total	7.968	6.169

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	4.455	3.157
Imóveis	4.455	3.157
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(750)	-
Despesas antecipadas	184	111
Total	3.889	3.268

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-
Constituição de provisão	(750)	-
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	(750)	-

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	31.410	(9.699)	21.711	18.740
Imobilizações em curso	-	388	-	388	31
Terrenos	-	3.498	-	3.498	3.498
Edificações	4%	7.580	(1.000)	6.580	6.710
Instalações	10%	2.744	(1.116)	1.628	1.664
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.287	(1.239)	3.048	1.504
Móveis e equipamentos	10%	4.354	(2.008)	2.346	2.003
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.017	(547)	470	258
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.181	(3.124)	3.057	2.600
Veículos	20%	1.361	(665)	696	472
Intangível		13.263	(10.059)	3.204	3.542
Investimentos Confederação	20%	13.232	(10.042)	3.190	3.525
Outros ativos intangíveis	20%	31	(17)	14	17

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	202.169	-	-	202.169	175.120
Depósitos interfinanceiros	11.449	56.534	34.775	102.758	91.130
Depósitos a prazo	7.692	25.890	601.449	635.031	459.448
Total	221.310	82.424	636.224	939.958	725.698
Total circulante				303.734	244.346
Total não circulante				636.224	481.352

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	297.846	249.505
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	-
Total	297.847	249.505

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19.113	168.277	74.908	262.298	213.001
Total - Recursos do Crédito Rural	19.113	168.277	74.908	262.298	213.001
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.937	1.864	26.747	35.548	36.504
Total - Outros Recursos	6.937	1.864	26.747	35.548	36.504
Total	26.050	170.141	101.655	297.846	249.505
Total circulante				196.191	150.958
Total não circulante				101.655	98.547

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15% a.a. com vencimentos até 15/09/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.120	8.401	11.521	14.257
Total	-	3.120	8.401	11.521	14.257

Total circulante	3.120	2.344
Total não circulante	8.401	11.913

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	81	68	-	149	453
Total	81	68	-	149	453

Total circulante	149	311
Total não circulante	-	142

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 26/06/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	597	471
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	2.415	-
Recursos em trânsito de terceiros	3.109	2.288
Total circulante	6.121	2.759

Provisão para garantias financeiras prestadas	1.370	1.134
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	18.000	-
Total não circulante	19.370	1.134

Total	25.491	3.893
--------------	--------	-------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de Letra Financeira com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	70	70
Cível	Provável	111	116
Total não circulante		181	186

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	70	-	-	70
Cível	116	77	(82)	111
Tributária	-	137	(137)	-
Total não circulante	186	214	(219)	181

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía 36 processos de natureza cível, 2 processos de natureza tributária e 2 processos de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 419, R\$ 31 e R\$ 1.900 respectivamente (dezembro de 2021 - R\$ 1.762, R\$ 179 e R\$ 1.250).

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 0 (dezembro de 2021 - R\$ 462), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	52.460	32.614
Provisão para pagamentos a efetuar	3.064	2.467
Cotas de capital a pagar	3.012	2.861
Provisão para participações nos lucros	4.638	4.020
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.293	3.103
Fundos voluntários	1.376	-
Impostos e contribuições a recolher	1.686	995
Credores diversos	2.018	2.698
Cheques administrativos	230	-
Cobrança e arrecadação de tributos	325	288
Pendências a regularizar	380	193
Total	71.482	49.239
Total circulante	71.478	49.239
Total não circulante	4	-

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	44.725	44.728
Total de associados	52.672	47.849

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -2 (dezembro de 2021 – R\$ -1.247), sendo R\$ 1.305 (dezembro de 2021 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 921 (dezembro de 2021 – R\$ 1.435), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.228 (dezembro de 2021 – R\$ 2.682).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.322 (dezembro de 2021 – R\$ 1.799), calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 75% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2022 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG, na forma de doação, no valor de R\$ 1.071 (R\$ 5 em dezembro de 2021), registrada no grupo de “Outros Ingresso e Receitas Operacionais. Os recursos foram doados em dezembro de 2022, sendo a doação em caráter de exceção, para fomento das Cooperativas.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	55.636	42.739
Participação nas sobras	(4.546)	(3.960)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	51.090	38.779
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(20.947)	(17.451)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	20.296	16.860
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	542	809
Demais adições e exclusões previstas na legislação	133	(13)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	21.598	12.937
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	431.081	174.933
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	95.117	151.137
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.523	1.222
Outros ativos (Nota 09)	572	663
Intangível (Nota 10)	3.190	3.525
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	102.758	91.130
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	297.846	249.505
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	11.521	14.257
Outros passivos (Nota 17)	48.927	31.244
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	20.415	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	34.491	9.462
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	11.135	8.437
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	991	224
Ingressos de depósitos intercooperativos	19.662	6.235
Doação SFG (Nota 19)	1.071	5
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	16.960	3.598
Operações de empréstimos e repasses	23.360	12.811
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	1.387	1.045
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	9.243	6.892

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	149	0,07%	366
Depósitos a prazo	322	0,05%	348
Operações de crédito	4.015	0,42%	3.699

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	2.978	2.673

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	8.339	14.545	3.598
Depósitos de aviso prévio	18	32	18
Depósitos a prazo	36.728	61.900	18.248
Dívida subordinada	1.619	2.415	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	605	1.125	922
Total	47.309	80.017	22.786

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	4.105	7.647	5.794
Cobrança	1.047	2.053	1.840
Comissões	7	19	4
Consórcios	685	1.203	1.131
Convênios	429	855	793
Distribuição de produtos e serviços bancários	5.619	10.952	8.278
Processamento da compensação	19	36	46
Seguros	2.761	5.151	4.556
Taxas e tarifas	595	987	642
Antecipação de recebíveis	255	395	449
Outros serviços	98	190	133
Total	15.620	29.488	23.666

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	7.995	14.864	12.553
Benefícios	3.120	5.843	4.671
Encargos sociais	3.055	5.476	4.720
Treinamentos	155	384	428
Total	14.325	26.567	22.372

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	214	502	424
Aluguéis	1.311	2.528	2.246
Comunicação	447	895	983
Manutenção e conservação	611	1.077	1.097
Material de expediente	201	395	386
Processamento dados	1.268	2.406	1.138
Propaganda e publicidade	186	351	266
Promoções e relações públicas	2.388	3.615	2.378
Serviços do sistema financeiro	1.180	2.218	2.070
Assessoria e consultoria	285	388	56
Auditoria externa	40	40	41
Serviços jurídicos	496	1.007	816
Serviços de terceiros	1.024	2.221	1.934
Serviços de técnicos especializados	1.870	3.426	2.203
Serviços de vigilância e segurança	799	1.558	1.431
Serviços de transportes	797	1.663	1.716
Depreciação	1.141	2.150	1.840
Amortização (Rateio Confederação)	646	1.238	1.289
Amortização outros ativos intangíveis	1	3	3
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.442	3.175	475
Emolumentos e taxas diversas	87	187	136
Ressarcimento tarifas	140	201	190
Seguros	78	115	82
Outras despesas administrativas	780	1.642	1.037
Total	17.432	33.001	24.237

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.370	3.103	475
Lucros na alienação de valores e bens	92	92	150
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	1.071	1.071	5
Recuperação de encargos e despesas	1.028	1.499	539
Reversão de provisões operacionais	281	355	240
Reversão de provisões impostos folha	960	1.579	1.360
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	412	946	975
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	199	219	206
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	246	489	436
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	172	270	126
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	261	537	79
Outras rendas operacionais	430	530	483
Total	6.522	10.690	5.074

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	742	1.668	2.738
Contribuições Cooperativistas	78	156	147
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	146	288	159
Contribuição Confederação Sicredi	4.064	7.272	5.641
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	264	496	458
Encargos da administração financeira	1	2	1
Prejuízo na alienação de valores e bens	8	8	237
Provisões para garantias financeiras prestadas	937	1.308	883
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	40	214	17
Outras provisões operacionais	896	2.406	1.410
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.847	3.260	2.349
Risco operacional	608	1.128	411
Juros e comissões	629	725	-
Tarifa serviços folha pagamento servidores	5	10	9
Distribuição de produtos e serviços bancários	10	11	-
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	290	567	61
Outras despesas operacionais	382	757	672
Total	10.947	20.276	15.193

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	25.226	51.090	38.779
Eventos não recorrentes	-	-	-
Recursos recebidos do Sicredi Fundos Garantidores (Nota 18)	(1.071)	(1.071)	(5)
Resultado recorrente	24.155	50.019	38.774

NOTA 29 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	85.021	71.457
Coobrigações em cessões de crédito	17	25
Total	85.038	71.482

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	215.406	154.379
Nível I (NI)	194.991	154.379
Capital principal - CP	194.991	154.379
Capital social	44.725	44.728
Reservas de capital	145.672	107.029
Sobras acumuladas	7.798	6.164
Ajustes Prudenciais	(3.204)	(3.542)
Nível II (NII)	20.415	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	20.415	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.051.279	917.227
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.382	6.954
Margem de Capital	103.640	55.703
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,49%	16,83%
Situação de Imobilização (Imob)	21.711	18.742
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,08%	12,14%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Fabio Renato da Silva
Diretor Executivo
CPF: 962.318.900-15

Rodrigo Favareto
Diretor de Operações
CPF: 961.878.080-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20